

# editorial

## Quem o fez? 28/1/87

A campanha de desinformação que (tal como o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Roelof Botha, confirmou publicamente) o Governo sul-africano vem desenvolvendo na sequência da queda do avião presidencial moçambicano, tem como um objectivo, entre outros, insinuar que a responsabilidade da tragédia caberia a erros ou falhas cometidos pela tripulação da aeronave.

Baseada em declarações de altos responsáveis do regime de Pretória, correu mundo uma versão, segundo a qual os pilotos estariam, inclusive, embriagados. De acordo com a mesma versão, eles teriam cometido sucessivos erros técnicos que culminariam com o despenhamento do avião.

Em relação a este assunto, a posição do Governo de Moçambique, exposta em várias declarações e confirmada, em todos os ensejos, pela sua prática, tem sido muito clara: o que o Governo de Moçambique pretende é o apuramento total dos factos, sejam eles quais forem; o que pretende e exige é, numa palavra, a verdade.

Mas suponhamos, por um momento, que a referida versão, inspirada pelas autoridades sul-africanas, era verdadeira. Suponhamos que foram, de facto, cometidos erros técnicos. Admitamos até a hipótese absurda de que os pilotos estivessem embriagados. Mesmo que tudo isso fosse verdade, não alteraria o elemento fundamental da questão, que os factos até este momento apurados tendem a demonstrar: o avião foi desviado da sua rota, por uma misteriosa rádio-ajuda (VOR) que o levou a embater nas montanhas, em Mbuluzini, em vez de dirigir-se para o aeroporto de Maputo.

Como os técnicos já repetidamente explicaram, a única explicação para isso é que tivesse sido posta no ar uma rádio-ajuda emitindo na mesma frequência da de Maputo mas com uma potência maior, por forma a sobrepor-se a esta.

A questão fulcral, a pergunta que tem imperiosamente de ser respondida é, pois: que rádio-ajuda era essa e quem a pôs no ar?

Por outras palavras: os factos tendem, cada vez mais, a demonstrar que o avião foi electronicamente desviado da sua rota. Face a isto, a questão de saber se os pilotos fizeram tudo o que estava ao seu alcance para, mesmo assim, salvarem a aeronave é uma questão importante mas que passa, inevitavelmente, para um plano secundário.

De um ponto de vista jurídico, é mesmo uma questão irrelevante no que respeita à atribuição das responsabilidades pela tragédia: os erros ou descuidos eventualmente cometidos pela vítima não podem atenuar e muito menos ilibar de responsabilidade o agente do crime.

Suponhamos que eu vou a conduzir um automóvel e aí, alguém, da rua, dispara contra mim um tiro que, embora não me acertando, quebra o pára-brisas e me faz perder o controlo da viatura, indo chocar com uma árvore; eu morro do embate. Num caso como o descrito, é totalmente irrelevante se eu era bom condutor, se tivera reflexos rápidos, se estava ou não embriagado, se poderia ou não, com mais destreza, ter evitado o embate. A responsabilidade criminal pela minha morte recai, inteiramente, sobre o autor do disparo.

Não podemos, pois, permitir que o barulho e a fumaça das campanhas de desinformação desviem as nossas atenções daquilo que é o aspecto fundamental do problema. Tudo parece indicar que a tripulação da aeronave foi induzida em erro por meios electrónicos deliberadamente accionados para enganar. A questão principal é e será sempre: Quem o fez? Quem cometeu o crime?